

DOMINGO, 29 DE ABRIL DE 2007

URBANISMO ■ Revisão do plano diretor induzirá o desenvolvimento regional na capital federal

Novo PDOT reorientará o crescimento

A consolidação de áreas centrais nas cidades do Distrito Federal, a partir do desenvolvimento das Regiões Administrativas (RAs), e a regularização fundiária são medidas-base para a futura ocupação da região. As diretrizes fazem parte da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), documento que orienta a organização do espaço urbano. Ele foi apresentado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF (Seduma) aos pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e será levado a audiência pública no dia 2 de junho, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

O plano elaborado pela Seduma procura reduzir o imenso fluxo diário de pessoas para o Plano Piloto,

que inviabiliza a estruturação de uma rede de transporte mais acessível. Um dos principais motivos para o deslocamento é a concentração de empregos, cerca de 70% da oferta total. O desenvolvimento nas cidades próximas, com a consolidação de pólos atrativos (em termos de atividade produtiva e cultural) provocaria novos fluxos no DF.

— A proposta é induzir o crescimento nas demais cidades e ordenar a ocupação do DF de forma menos fragmentada — afirma o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do DF, Cássio Taniguchi.

Segundo ele, existe um contraste muito grande entre o Plano Piloto e as Regiões Administrativas (RAs) no que se refere a infra-estrutura e questões sociais. Os novos centros



Revisão do PDOT quer reduzir fluxo de pessoas no Plano Piloto

viabilizarão o desenvolvimento e o crescimento das demais cidades que compõem o DF e foram selecionados a partir de pólos potenciais, que já apresentam, por exemplo, vias para transporte.

— A ideia é transformar a dinâmica territorial, com a presença de fluxos mais regionais — ressalta a subsecretária de Planejamento Urbano, Ana Maria Aragão.

Outra medida do plano refere-se à mudança na definição de zonas urbanas e rurais. O PDOT apresenta detalhamento das ativi-

dades e fragilidades naturais dos diversos espaços, classificando-os para a urbanização, as atividades agrícolas e a proteção ecológica. Além da formação de 'conectores' ecológicos (que ligam áreas de conservação), a delimitação da área urbana traz bases legais também para a regularização fundiária. Os condomínios, hoje irregulares, passarão a constituir zona urbana e as famílias em área de preservação deverão ser reassentadas.

A preocupação ecológica orientou a formulação do plano, tanto

que, em relação ao PDOT em vigor desde 1997, não houve incremento nem de 1% a mais para a zona urbana. Segundo Ana Maria, a revisão apresentada na UnB é resultado das sugestões feitas pelo Ministério Público da União, organizações não-governamentais e associações civis. A expectativa é que o Projeto de Lei sobre o documento seja entregue à Câmara Legislativa do DF em junho.

A professora do Departamento de Geografia da UnB Nelba Azevedo Penna acredita que um dos aspectos mais importantes da revisão do PDOT é o incentivo à criação de novos centros urbanos.

— Nesse sentido, o plano reconhece a força de crescimento da região sudoeste do DF — avalia.

Mas ela se preocupa com o processo de urbanização extensiva necessária para o desenvolvimento dos pólos regionais, inclusive com prejuízos para o meio ambiente.

— São fatores que refletem na qualidade de vida — diz Nelba.

Já a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da UnB Marta Romero preocupa-se com o incentivo a ocupações que não favorecem a convivência social, como os condomínios. "Precisamos pensar outras vias que não sejam apenas consolidadas em portarias", critica. (Camila Ribeiro/UnB Agência)